

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL:

Considerações acerca dos processos diagnósticos e da inclusão escolar.

Silvia Raquel Schreiber Boniati¹

Magali Dias de Souza²

RESUMO

O presente artigo tem o intuito de discorrer sobre os processos envolvidos na construção do diagnóstico da deficiência intelectual, contextualizando o percurso histórico, as mudanças de concepção, as contribuições da Psicologia e os efeitos das políticas públicas de inclusão para os sujeitos com este diagnóstico, especialmente no âmbito escolar. A pesquisa é de abordagem qualitativa, do tipo documental e bibliográfica, uma vez que busca referenciais em autores que trabalham com as temáticas propostas neste artigo, bem como em documentos, legislações e manuais referentes às deficiências e à educação inclusiva. O psicólogo é um profissional habilitado a participar na construção do laudo, através de estratégias psicológicas que vão desde a aplicação de testes de QI até a intervenção clínica e escolar. Sua atuação no contexto da educação inclusiva vem sendo ressignificada, adotando a compreensão de que o diagnóstico pode ser a base para construir ações que irão trabalhar com as potencialidades dos alunos com deficiência intelectual, sendo sujeitos protagonistas do seu processo de aprendizagem.

Palavras-chave: Deficiência Intelectual. Diagnóstico. Psicologia. Educação Inclusiva.

INTRODUÇÃO

O presente estudo constituiu-se a partir de reflexões e questionamentos oriundos do cotidiano de trabalho, no que diz respeito aos processos diagnósticos e de inclusão escolar, bem como suas implicações para os alunos público-alvo da educação especial, mais especificamente aqueles com deficiência intelectual.

A intenção do trabalho justifica-se pela sua temática atual e provocativa no sentido de despertar questões de ordem legal, educacional, social e subjetiva, no que tange à inclusão escolar. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa,

¹Graduada em Psicologia pela Unijuí; Pós-graduada em Neuropsicopedagogia Clínica e Educação Especial Inclusiva pelo IESC Instituto Educacional Santa Catarina- Faculdade Jangada; estudante do PPGE/IFC-Camboriú da linha Processos Educativos e Inclusão; psicóloga na Prefeitura Municipal de Gaspar. E-mail: silvia.boniati@hotmail.com

² Doutora em Informática na Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do PPGE do Instituto Federal Catarinense- Campus Camboriú (IFC- CAM). E-mail: magali.souza@ifc.edu.br

pois devido a complexidade da análise que se propõe, esta foi a perspectiva metodológica que melhor se ajustou ao contexto a ser estudado.

Os avanços relativos à Educação Especial nos últimos anos, especialmente a partir de 2008 com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, e, posteriormente, com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), devem muito aos movimentos sociais das pessoas com deficiência na luta pela garantia de seus direitos. Entretanto, apesar de todo o contexto das lutas sociais, observam-se, disparidades quando se compara formas de organização e estruturação de políticas públicas de inclusão.

Diante deste contexto, aliado ao amplo repertório de aspectos legais da educação especial, os quais estabelecem normas e orientações para garantir o processo de inclusão, surgiu o interesse em pesquisar sobre a deficiência intelectual, os processos diagnósticos e a inclusão escolar dos alunos que recebem tal diagnóstico. Ademais, há uma inquietação, tanto pessoal quanto profissional, em relação às questões que surgem no decorrer do trabalho diário, diretamente vinculado à educação especial.

Inicialmente, abordaremos de forma sucinta, o percurso histórico, bem como as transformações ocorridas ao longo do tempo quanto as concepções, os modelos adotados, os avanços e as expectativas que os estudos têm proporcionado em relação à deficiência intelectual.

Num segundo momento, trataremos para discussão os processos diagnósticos da deficiência intelectual e o papel do (a) psicólogo (a) neste contexto, tendo em vista os recursos, procedimentos, técnicas e conhecimentos pertinentes a atuação deste profissional.

Posteriormente, faremos a análise de publicações e documentos legais que tratam de políticas públicas de inclusão e a implementação destas no âmbito da educação, viabilizando uma reflexão através da qual, permitirá ressignificar algumas concepções referentes à educação especial inclusiva e suas práticas, especialmente

no que tange a deficiência intelectual. Tal perspectiva nos remete ao que propõe Belisário (2005), ao mencionar que:

A inclusão implica em mudança de paradigma, de conceitos e posições, que fogem às regras tradicionais do jogo educacional. Para que as escolas sejam verdadeiramente inclusivas, ou seja, abertas à diversidade, há que se reverter o modo de pensar, e de fazer educação nas salas de aula, de planejar e de avaliar o ensino e de formar e aperfeiçoar o professor, especialmente os que atuam no ensino fundamental. (BELISÁRIO, 2005, p. 174).

Além disso, entende-se que o processo de inclusão deve abranger todos os contextos da sociedade, entretanto, conforme Pletsch (2010), em nosso país, geralmente, a responsabilidade de promover a inclusão é delegada principalmente à escola, o que se torna um equívoco, pois se trata de uma questão política e social, portanto uma responsabilidade que não se restringe ao âmbito escolar, mas se estende a toda a sociedade.

Neste sentido, o artigo trará contribuições e questionamentos acerca do tema, no intuito de problematizar a avaliação psicológica nos processos diagnósticos da deficiência intelectual e sua influência na escolarização e inclusão de alunos com este diagnóstico.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa encontra-se em fase de elaboração, sendo a mesma pré-requisito para aprovação no Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação, Eixo Processos Educativos e Inclusão, do Instituto Federal Catarinense – *campus* Camboriú. O Trabalho de Conclusão de Curso é constituído da elaboração e apresentação, perante comissão examinadora, de artigo científico/monografia pelo estudante (pós-graduando), sob a orientação de um professor orientador.

Constitui-se em uma pesquisa de abordagem qualitativa, pois devido a complexidade da análise que se propõe, esta foi a perspectiva metodológica que melhor se ajustou ao contexto a ser estudado. Quanto à natureza das fontes utilizadas na pesquisa, a mesma é considerada do tipo bibliográfica, na medida em que trabalharemos a partir de contribuições de pesquisadores, e também, documental, pois a pesquisa abrangerá o estudo de documentos legais, sendo estes

ainda matéria-prima, a partir da qual será construída a investigação e análise. (Severino, 2016).

Faremos uma pesquisa explicativa, na medida em que se trata de um trabalho de análise e interpretação dos fenômenos relacionados ao âmbito a ser estudado. Para, além disso, a pesquisa adotará a perspectiva metodológica da análise de conteúdo, sendo que esta não se resume ao fato de analisar as mensagens que se expressam pelas palavras e sim uma análise consistente e substantiva do conteúdo das mensagens que expressam crenças, valores e emoções a partir de indicadores figurativos. (Franco, 2008).

Neste sentido, o campo da pesquisa será essencialmente teórico, pois terá sua fundamentação em outros autores e publicações que tratam sobre a temática estudada.

RESULTADOS ESPERADOS OU PARCIAIS

O trabalho encontra-se em fase de elaboração, sendo que até o momento foram realizadas leituras, pesquisas, fichamentos de artigos e livros, com o objetivo de levantar subsídios para o embasamento do artigo. A escrita do trabalho está na etapa da fundamentação teórica cuja finalidade é a discussão e análise das informações obtidas e a partir disso trazer considerações que corroborem com a perspectiva da educação inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso histórico, os modelos adotados em cada período, os movimentos sociais e a ciência nos revelam os avanços ocorridos em prol das pessoas com deficiência a nível mundial. Quando se trata da deficiência intelectual constatamos que este conceito passou por evoluções que vão desde o termo utilizado e principalmente no olhar da sociedade e da escola para os sujeitos com tal diagnóstico.

Os processos diagnósticos da deficiência intelectual exercem um papel importante no contexto inclusivo, podendo gerar resultados ambíguos. Um desses

efeitos se dá na interpretação equivocada dos laudos, em alguns casos, que acaba focando na incapacidade, na limitação e nos déficits dos sujeitos com deficiências.

Todavia, a política da educação inclusiva se estabelece a partir de uma visão diferenciada, ou seja, de que o laudo não seja interpretado como algo determinista e estanque, limitando a intervenção, mas sim como uma base para construir ações que irão trabalhar com as potencialidades dos alunos, como sujeitos protagonistas do seu processo de aprendizagem. Eis o caminho a ser percorrido.

REFERÊNCIAS

Associação Americana de Psiquiatria. (2013). **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais** (5 ed.). Arlington, VA: American Psychiatric Publishing.

BAPTISTA, Claudio R. **A inclusão e seus sentidos: entre edifícios e tendas**. IN: XII ENDIPE. Curitiba: 2004; XII ENDIPE. PUCPR: 2004. Anais (c). CD-Rom. Disponível em: <<http://peadinclusao.pbworks.com/f/palestraclaudio.pdf>> Acesso em: 02 out. 2017.

BATISTA, C.A.M. Atendimento educacional especializado para pessoas com deficiência mental. In MANTOAN, M. T.E. (Org.). **O desafio da diferenças nas escolas**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BATISTA, C. A M. e MANTOAN, M. T. E. Atendimento Educacional Especializado em Deficiência Mental. In GOMES, A. L. L. et al. **Atendimento educacional especializado: deficiência mental**. Brasília, DF: SEESP/ SEED/MEC, 2007. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dm.pdf> Acesso em 16 de novembro de 2016.

BELISÁRIO, José Ferreira. Saúde e educação: uma parceria necessária para a inclusão dos portadores de deficiência. In BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Ensaio pedagógico: construindo escolas inclusivas**. Brasília: Ministério de Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. São Paulo.

_____. Casa Civil. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: CC, 1996.

_____. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm> . Acesso em : 28 set. 2017.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRIDI, F. R. S. Políticas de Inclusão Escolar, Diagnóstico, e Sujeitos da Educação Especial. *In* BAPTISTA, C. R. (Org.). **Escolarização e Deficiência**: configurações nas políticas de inclusão escolar. São Carlos: Marquesini & Manzini; ABPEE, 2015. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/116627/000967507.pdf?sequence=1>> Acesso em: 22 de outubro de 2016.

_____. Processos Diagnósticos e de Identificação dos Alunos da Educação Especial: implicações no contexto escolar. *In* THOMA, A. S.; HILLESHEIM, B. (Org.) **Políticas de Inclusão**: gerenciando riscos e governando as diferenças. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011, p. 70-86.

BRIZZOLA, Francéli. Implantação de Políticas Públicas de Inclusão Escolar no Rio Grande do Sul: Memória e Trajetória. *In* BAPTISTA, C. R. (Org.). **Escolarização e Deficiência**: configurações nas políticas de inclusão escolar. São Carlos: Marquesini & Manzini; ABPEE, 2015. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/116627/000967507.pdf?sequence=1>> Acesso em: 28 set. 2017.

CARNEIRO, M.S.C. A deficiência mental como produção social: de Itard à abordagem histórico-cultural. *In*: BAPTISTA, Claudio (Org.). **Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas**. Porto Alegre: Mediação, 2006.

Conselho Federal de Psicologia. **Resolução CFP nº 007/2003**. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2003/06/resolucao2003_7.pdf>. Acesso em 16 de novembro de 2016.

FERRARI, Juliana Spinelli. **Deficiência Mental**. Brasil Escola; s/a. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/psicologia/deficiencia-mental.htm>>. Acesso em 09 de novembro de 2016.

FRANCO, Maria Laura P. B.. **Análise de Conteúdo**. 3 ed. Brasília, Liber Livro, 2008.

OLIVEIRA, M. C. S. L. e DIAS, S. S. Inclusão como contexto de transição de desenvolvimento: um olhar da Psicologia Escolar. *In* FRANCISCHINI, R. e VIANA, M. N. (Org.). **Psicologia Escolar**: que fazer é esse? Brasília: CFP, 2016.

PLETSCH, Márcia Denise. **Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual**. Rio de Janeiro: Nau: Edur, 2010.

SANTOS, Mônica Pereira dos. **Dialogando sobre inclusão em educação: contando casos (e descasos)**. 1 ed., Curitiba, PR: CRV, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez 2016.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.